

**POR UMA CRÍTICA TEXTUAL (ECDÓTICA) DO RIZOMA:
QUESTÕES EM TORNO DO ESTABELECIMENTO DE TEXTOS**

Mario Cesar Newman de Queiroz (UFRRJ)
mcnqsofocles@gmail.com

“*Nous sommes fatigués de l’arbre.*”
(DELEUZE; GUATTARI, 2001, p. 24)

RESUMO

Neste artigo – após repensar questões conceituais de base da crítica textual (ecdótica), como a de sujeito autoral, linhagens de leitores, natureza dos textos literários, em artigos anteriores (QUEIROZ, 2005, 2007, 2009, 2012) – busca-se estudar novas maneiras de se pensar o trabalho e a importância da ecdótica. Ao reconsiderarmos a questão do autor para fora do individualismo moderno, contemporâneo, e concebermos o autor como uma função do texto, noções sempre obscuras que direcionam o trabalho filológico na ecdótica, como a de reconstituir o texto em conformidade com a vontade autoral, deixam de se fazerem importantes. Isso, no entanto, não esvazia a importância do trabalho de estabelecimento de texto. A questão, que é um dado texto x?, persiste. E ressalta a importância de se identificar as linhagens de leituras, as variantes de apresentação do texto. No entanto, ao pensarmos assim a ideia de sujeito autoral, pomos em xeque a própria noção tradicional de texto como unidade pacificada ou pacificável por um esforço disciplinado de crítica filológica. A árvore estemática, com que o filólogo busca apontar para a lição definitiva ou melhor, deve ser repensada em função de um rizoma textual construído com os desejos de diversos agentes, leitores, editores, copistas, resenhadores, filólogos. Para bem longe de uma crítica textual prescritiva, consideramos importante o trabalho filológico do levantamento das variantes e diferentes edições para flagrarmos os textos literários em sua riqueza rizomática. Neste movimento confluímos para o exercício crítico que vem desenvolvendo os medievalistas da *New Philology*.

Palavras-chave:

Crítica textual. Ecdótica. Poética deleuziana. Estabelecimento de textos.

ABSTRACT

This article – after rethinking about the base conceptual questions of Textual Criticism (Ecdotic), such as subject author, lineage of readers, the quality of literary texts, in previous articles (QUEIROZ, 2005, 2007, 2009, 2012) – seeks to study new ways of thinking about the work and the importance of ecdotic. When it comes to reconsidering the author’s question of the modern individualism, contemporaneous, and conceive the author as a function of the text, obscure notions that always directed the philological work in ecdotic, such as to reconstitute the text in accordance with the author’s will, ceases being relevant. However, this does not detract the importance of text-writing. The question, which is a text x?, persists. And it emphasizes the signific-

ance of identifying the lineage of readings, the variants presentation of the text. Although, when we think about the idea of author, we challenge the traditional notion of text as a pacified or pacifiable unity by a disciplined effort of philological criticism. The stemmatic which the philologist seeks to point to a definitive lesson or better, must be rethought in terms of a textual rhizome constructed with the desires of various agents, readers, editors, copyists, surveyors, philologists. Away from a prescriptive textual critique, we consider important the philological work of raising variants and different editions to catch the literary texts in their rhizomatic richness. In this movement we run into the critical exercise that has been developing the medievalists of New Philology.

Keywords: Textual Criticism (Ecdotic). Deleuzian. Foucaultian Poetics. New Philology.

1. Introdução

O que apresentamos neste artigo são algumas reflexões que vimos fazendo nos últimos anos sobre: O que é um autor? Que é um texto? Qual o papel de uma crítica textual (ecdótica) para uma teoria de bases foucaultianas, deleuzianas? Ainda é possível, válido falarmos em crítica textual, fixação de textos dentro das concepções teóricas da literatura na contemporaneidade? O que nos move é também um profundo respeito ao trabalho filológico, ao rigor e cuidado amoroso da crítica textual, da ecdótica, em prol do patrimônio coletivo.

A primeira coisa que devemos observar aqui é que nós, estudiosos contemporâneos da literatura, não costumamos levar a sério as expressões “os imortais da literatura”, e nisto erramos. Erramos porque fazemos pouco caso disso. Talvez estimulados por usos atribuídos a escritores pelos quais não nos sentimos interessados ou mesmo somos avessos a ler. E ao assim procedermos nos esquecemos que há muito de bases metafísicas implicadas nessas expressões. Que elas revestem a forma autor, o processo histórico de apreciação autoral de uma aura de infinitude que a põe fora dos jogos finitos de realização das leituras, de realização efetiva da literatura.

A segunda é que também há uma tendência contemporânea a não nos ocuparmos de uma questão que é central para a crítica filológica, para a crítica textual (ecdótica): que é um texto de determinado autor? Um jogo de silêncios complementares parece envolver contemporâneos estudos sobre literatura e a tradicional filologia. Na crítica textual, na ecdótica, o autor não surge como matéria de questionamento, mas tão somente no máximo como matéria de descobrimento. Nos estudos contemporâneos de literatura, o que me salta aos olhos é que os textos em sua base

significante não são matéria de questionamento, mas igualmente, no máximo, matéria de descobrimento. Trabalhamos os textos sem nos indagar-mos de sua constituição e logo o atribuímos a um determinado autor, época, período, escola, corrente. Há uma mecanização nesse proceder. Um descuido para com o que seja um texto de estudo.

Se, num caso, o autor se reveste de infinitude inquestionável, num segundo caso, é o texto que parece desfrutar de uma aura inquestionável como se oriunda de um fundo intangível, uma infinitude. Em ambos os casos lidamos com fantasmas de metafísica. E no contexto dos modos capitalistas de apropriação da formação de subjetividades não se sabe até que ponto qual fantasma é mais produtivo na expropriação das forças criativas das gentes, qual deve ser combatido com mais veemência.

2. *Um texto x*

Ao observarmos a edição crítica de *Dom Casmurro*, realizada por Maximiano de Carvalho e Silva, e publicada pela Eduff em 2014, por exemplo, percebe-se que ao trabalhar com Machado de Assis nos deparamos com textos que de edição para edição se mostram com distinções que os tornam praticamente textos distintos. Então, devemos nos perguntar, livres da figura autoral cartesiana, romântica, positivista, indivíduo moderno, como devemos nos posicionar diante de tal circunstância? Tratar a variante que dispomos como única, afinal de contas o leitor sempre produzirá o texto de uma forma ou de outra? Ou propiciar pelo menos aquela escolha de caminho que o matemático Irineu Bicudo ressalta na sua tradução direta do grego de Euclides, *Os Elementos*. “Com isso, o editor oferece a oportunidade de o leitor fazer a sua própria escolha da expressão que deva estar em determinado ponto do texto, com um possível significado novo para a passagem que a contenha” (BICUDO, 2009, p. 25).

Em *A História do Cerco de Lisboa*, Saramago brinca com a possibilidade de um revisor de textos alterar a historiografia e a própria história ao inserir um “não” onde deveria constar que os cruzados aceitaram o convite do rei português para o ajudarem a tomar a cidade aos mulçumanos. E talvez a pergunta deva ser, até que ponto um simulacro ainda mantém vínculo com outro simulacro para pensá-los ainda como variantes de um mesmo texto? Não podemos nos enganar, ao atribuímos autonomia aos simulacros, ao revertermos a questão do simulacro, da cópia e do original ainda fazemos valer a ideia de um conjunto a que denomina-

remos “texto tal”. Ou não será assim?

Não é verdade que queremos ler os textos de Gilles Deleuze, de Félix Guattari, de Michel Foucault a partir daquilo que acreditamos ser um texto de um desses autores? Não é verdade que Deleuze foi tão bom e autêntico leitor de tantos filósofos, Platão, Espinoza, Leibniz, Hume, Kant, Nietzsche, Bergson... fazendo rigorosa referência aos textos deles? Não observamos com humor tantas vezes citações referidas a autores errados, textos truncados na *internet*?

Retornamos, portanto, à questão que é um texto x? Que faz de um texto, um texto específico? Neste problema não podemos descartar a base significativa com que ele se apresenta, antes de pensarmos nas leituras e suas produções efetivas de textualidade. Parece-nos fácil não questionarmos a forma significativa como um texto se apresenta quando se trata de texto recente, principalmente quando o autor é vivo. Mas a questão não é tão simples assim, se alguém confrontar as diversas edições de *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, verá que o livro vem sendo retrabalhado em sua escrita desde o seu lançamento. *Cidade de Deus* é lançado em 1997, recebe uma resenha elogiosa de Roberto Schwarz e rapidamente atinge uma segunda edição, em 2002 o livro recebe uma adaptação para o cinema, e já em 2002, numa resenha de internet, Ricardo de Mattos chamava atenção para as transformações por que passava o texto da narrativa a cada edição. “Começamos desmanchando o novelo. Há o livro inicial *Cidade de Deus* do escritor fluminense Paulo Lins, agora em reedição enxuta por ele mesmo” (MATTOS, 2002, s/p). O que para a filologia tradicional não apresenta nenhuma complicação de estabelecimento de texto, será estabelecido como “o texto” o último editado em vida do autor, ou aquele que apresente as últimas provas revistas pelo autor, se houver. Para uma crítica genética ele será campo para um exercício perfeito, mas sempre arbóreo. E isto porque o texto, num caso ou noutro, será estabelecido em conformidade com a “vontade autoral”, essa suposta “unidade metafísica”, o “texto ideal”.

Mas uma vez descolados dessa premissa da ecdótica, da crítica textual, surge a pergunta, por que este e não aquele outro que li primeiro, ou que foi lido por mais pessoas, ou que nós três aqui achamos melhor? E, no entanto, o que é mais importante, por que não pensarmos o texto como esse conjunto de variantes? Por que não pensar a autonomia das variantes em suas multiplicidades? Considerar os textos modernos com a mesma percepção da diversidade com relação a textos de sagas medievais apresentada por J.M. Driscoll.

No-one, to my knowledge, has ever claimed that all manuscripts of a particular work were equally 'good'; from a new- or material-philological perspective, on the other hand, one certainly can claim that all manuscripts of a given work are equally interesting (potentially at least), not for establishing the text, separating 'good' readings from 'bad' – which is not what 'new' philology seeks to do – but rather for what they can tell us about the processes of literary production, dissemination and reception to which they are witnesses (DRISCOLL, 2010, p. 91-2)¹

3. Primeiro passo, a função autor

A tradição filológica da crítica textual, da fixação de textos tem um norteamento egoico claro no tratamento de textos modernos, ela propõe reconstituir a obra literária o mais próximo possível daquela produzida pela vontade autoral, “a intenção final expressa pelo autor” (SPAGGIARI, PERUGI, 2004, p. 181). Ou ainda uma clara ortopedia da ideia de original no tratamento de textos antigos, anteriores à imprensa, reconstituir um texto que se aproxime “o mais possível do original perdido” (SPAGGIARI, PERUGI, 2004, p. 32). Persegue dois fantasmas, portanto. Mas esses dois fantasmas, a intenção autoral e o original perdido, sustentam um mundo de representações, a forma “natural” das coisas serem, o modo “natural” de pensarmos questões de arte e de texto. Conforme nos apresenta Félix Guattari o mundo moderno sofre de um mal cartesiano de querer colar a ideia de subjetividade consciente à ideia de indivíduo, e mais, pensamos a subjetividade como se ela fosse construída aos moldes da individuação biológica (GUATTARI, 2010, p. 40). Logo, dentro dessa lógica, nada mais correto do que pensarmos os textos de um autor como frutos dessa imagem de consciência individualizada.

Michel Foucault, em “O que é um autor?”, observa que a questão do autor ainda é tratada na maioria das vezes, mesmo nos modernos estudos literários, da mesma forma que o fazia São Jerônimo em práticas de exegese a partir de quatro critérios:

¹ Ninguém, até onde sei, jamais afirmou que todos os manuscritos de uma determinada obra eram igualmente bons; de uma perspectiva nova ou material-filológica, por outro lado, pode-se afirmar que todos os manuscritos de uma dada obra são igualmente interessantes (pelo menos potencialmente), não para estabelecer o texto, separar boas leituras das más, o que não é o que a nova filologia procura fazer, mas sim o que eles podem nos dizer sobre os processos de produção, disseminação e recepção literária de que são testemunhas (tradução nossa).

- 1) Um autor é determinado por um certo nível de qualidade (uma obra pior ou mais fraca que o costumeiro é imediatamente posta em dúvida como pertencente àquele autor).
- 2) Um autor é um campo de coerência conceitual ou teórica.
- 3) Um autor é também marcado por uma certa unidade estilística.
- 4) Um autor é, enfim, um certo momento histórico, uma estória em que surja algo posterior a um certo período não pode pertencer a um autor daquele certo período.

Esses quatro critérios correspondem a um conjunto mais ou menos invariante através do tempo. Muito embora, saliente, na antiguidade e na idade média a função de autor fosse mais determinante nas ciências e na filosofia e quase inexistente ou desimportante nas artes, enquanto hoje essa fórmula se inverte. Hoje a atribuição de autor a uma obra é fundamental nas artes, na literatura e secundário ou desimportante nas ciências.

Contrariamente a essa tradição, interessa-nos pensar o autor como função. Como elemento do texto sem remeter simplesmente a uma individualidade. Para Michel Foucault, o que hoje nomeamos de autor se articula com os discursos de um modo que nem sempre foi assim, e falar do fim do autor adquire o caráter projetivo de que não será para sempre como existe hoje, e talvez seja “na orla do mar, um rosto de areia” (FOUCAULT, 1987, p. 404). Repetindo literalmente Foucault, “trata-se de retirar ao sujeito (ou ao seu substituto) o papel de fundamento originário e de o analisar como uma função variável e complexa do discurso”. (FOUCAULT, 1992, p. 70)

O autor, longe de ser uma entidade pacificada, resolvida em torno da figura física de uma existência pessoal, é uma figura conceitual, uma função. Se estudamos um mesmo texto de um autor, por exemplo, mas chegamos a leituras absolutamente antagônicas, cabe perguntar, estamos diante do mesmo autor (pessoa)? Ou de uma figura conceitual que é capaz de servir de território para as nossas duas leituras antagônicas? As nossas práticas contemporâneas de leitura parecem falar a favor desta última. Conforme Michel Foucault, “o nome do autor não está situado no estado civil dos homens nem na ficção da obra, mas sim na ruptura que instaura um certo grupo de discursos e o seu modo de ser singular” (FOUCAULT, 1992, p. 46).

4. Segundo passo, a ascensão dos simulacros: rizoma

Pensar o autor como função do texto implica na aceitação de uma pluralidade de vozes na construção significativa do texto. No agenciamento desejante de muitas procedências na formação da função autoral. E dessa forma as diversas variantes de um texto vão se transvalorando. As configurações diversas de um texto vão adquirir autossuficiência e desmobilizar a hierarquização arbórea construída pelo estema das diversas variantes em função da identificação de uma lição, de um original em conformidade com a “vontade autoral”. Identificar e valorizar o texto, naquilo que Gilles Deleuze e Félix Guattari caracterizaram como rizomático, não mais referindo-se a um tronco texto ideal, nem como livro-raiz (clássico, árvore do mundo), nem como livro raiz-fasciculada (moderno, uma árvore unidade abortada que se unifica no sujeito). Agora, então, não mais o texto e suas variantes, mas a pluralidade textual em sua diversidade rizomática. N-1, não somar o diverso para referi-lo a uma unidade, subtrair do diverso um, e fraturar a árvore no rizoma (o rizoma é a raiz do tubérculo e do capim), antes que aspire ao uno arbóreo do modelo do pensamento.

Não mais o jogo hierárquico do original (a expressão da vontade autoral), das cópias (as variantes possíveis ou revistas pelo autor) e dos simulacros (os erros de copistas, tipógrafos, contribuições de editores mais ou menos bem intencionados, intérpretes etc.), mas pensar o texto como acontecimento plural e incessante, que apenas uma edição o mais aberta possível pode assinalar sua complexidade, sua abertura para o devir.

Conforme já comentamos em outra circunstância, a questão do estabelecimento de textos hoje se apresenta diante de uma ironia histórica. Por conta dos instrumentos de busca na internet, do acesso virtual aos bancos de dados os mais diversos, nunca foi tão fácil localizar as diversas edições de um texto. Tecnicamente, com os atuais softwares e processos de editoração, podemos produzir edições críticas com rapidez, rigor e acuidade impensáveis nos idos de 1980. Para termos ideia, o cotejo de textos hoje pode ser realizado numa única tela através de programas que dispensam o editor crítico de gastar seu olho na identificação de distinções de grafemas. Pois este trabalho “mecânico”, antes feito pelo olho do editor, pode ser muito mais bem realizado por um programa. Contudo nesse mesmo momento a ecdótica, por não ter feito uma revisão de suas bases teóricas, enfrenta uma inanição que beira a morte (QUEIROZ, 2009, p. 46-47).

E mais ainda, podemos acrescentar, hoje os processos de edição, por meios digitais, hipertextos entre tantas bases cada vez mais heteróclitas, mais capazes de inter cruzar textos, imagens, sons, links, a custos relativamente baixos, propiciam a expectativa de um texto simultaneamente em diversas variantes, em muitas faces, em múltiplas formas de apresentação, recitado, lido, falado por atores, comentado por críticos, com sugestões de links, texto aberto em rizoma.

Pode-se ser um amante da forma livro, gostar dela. Mas é preciso propor, cada vez com mais convicção, que se devem publicar edições críticas e essas devem fazer uso das novas mídias para apresentarem os textos como construções plurais e não como árvores para uma visão unitária: suprimir a árvore estemática da crítica textual em nome da percepção do rizoma textual.

Somente para tomarmos dois exemplos de como são importantes as edições críticas e de como essas lucraram em vir numa forma rizomática, citamos o caso de um poema de Cassiano Ricardo e um de Augusto dos Anjos.

Ao tomarmos a edição crítica realizada por Marlene Mendes, Jayro Xavier e Deila Peres ainda nos idos de 1980, nos deparamos com o poema “Exortação” que fora publicado, em 1926, em *Vamos Caçar Papagaios*, e que em 1928 aparecerá em *Martim Cererê*. Na publicação das *Poesias Completas* do autor, em 1957, o poema retorna ao livro de 1926, para retornar ao *Martim Cererê* em 1962 (MENDES, PERES, XAVIER, 1986, s/p.). Somente o levantamento e o cotejo realizados para o tratamento textual permite perceber essa migração do poema, esse processo de transformação do texto, a interlocução entre os livros do autor. Quanto não lucraria a apreciação da obra se pudéssemos dispor de uma edição crítica em uma mídia que permitisse perceber essa riqueza em que na forma livro se torna chatíssima? Mas observando que o trabalho do crítico estaria voltado para “descrever” e apresentar esses procedimentos, essas ocorrências, não mais na prescrição do texto correto, da “ortopedia” editorial.

O segundo caso nos parece muito importante, pois diz muito do desejo de editores e críticos em participar na obra, em ser também ele o autor. Isto se dá na edição das *Obras Completas* de Augusto dos Anjos pela editora Nova Aguilar, aos cuidados de Alexei Bueno. O poema “O último número” já tivera um histórico rico em variantes.

O ÚLTIMO NUMERO

**Hora da minha morte. Hirta ao meu lado,
A Idéa estertorava-se... No fundo
Do meu entendimento moribundo,
Jazia o Último Numero cansado!**

**Era de vel-o, immovei, resignado,
Tragicamente de si mesmo oriundo,
Fôra de sucessão, extranho ao mundo,
Como o reflexo funebre do Increado!**

**Bradei: – Que fazes ainda no meu craneo?
E o Último Numero, atro e subterraneo,
Parecia dizer-me: “É tarde, amigo!**

**Pois que a minha antogenica Grandeza
Nunca vibrou em tua lingua presa,
Não te abandono mais! Morro comtigo!”**

Tudo por conta da palavra “antogenica” do verso 12. Assim ele foi publicado um dia depois da morte do poeta na *Gazeta de Leopoldina*, em 1914. Em 1917, na segunda publicação do poema apareceria a forma “antagonica”. Já na segunda edição do *Eu*, acrescido de outros poemas, o poema voltava à forma da *Gazeta de Leopoldina*. No entanto, a forma de maior difusão da obra de Augusto dos Anjos, as editadas pela Bedeschi (da 6^a, em 1934, à 28^a, em 1961) aparece com a forma “autogenita”.

Quando Antônio Houaiss e Francisco de Assis Barbosa publicam uma edição mais bem cuidada do poeta, pela Livraria São José, em 1962, optam pela forma “ontogênica”, mais em conformidade com as fontes haeckelianas do poeta. As edições de 35 a 42, pela Civilização Brasileira, embora digam reproduzir as de Houaiss e Assis Barbosa, retornam à forma “antogênica”.

E agora, na edição da Nova Aguilar, surge uma nova variante. No entanto o que nos chama a atenção é o texto do editor responsável para justificar sua escolha, presente em nota no fim do volume e sem indicações no corpo do texto. Uma a uma ele vai descartando as formas apresentadas anteriormente até chegar a sua opção.

Finalmente chegamos à presente lição, com a qual julgamos reencontrar, após oitenta anos de equívocos, a forma original do verso:

Pois que a minha autogênica Grandeza

Tendo o mesmo sentido da forma *autogênita*, mas alterando apenas uma letra da palavra original, em vez de duas, não sendo como esta um neologismo incomum, e explicando facilmente o surgimento da forma *antogênica*, pelo

tradicional erro tipográfico da troca do *u* pelo *n*, letras do mesmo formato que se distinguem pela posição na vertical, julgamos probabilíssimo ter sido esta a palavra usada pelo poeta. (BUENO, 1995, p. 832)

Contudo o que chega a parecer estranho é que toda a argumentação forte do editor se baseia no uso dos tipos gráficos com que eram impressos os poemas. Sabendo que a questão deste poema especificamente se dá na sua transmissão oral. Como reza a lenda, esse poema teria sido recitado pelo poeta em seu leito de morte, poucas horas antes de morrer de causas pulmonares. Ou seja, tossindo e pigarreando. Transmitido para alguém que o transcreve e o leva para ser publicado, com o vocabulário incomum de predileção do poeta, na modesta *Gazeta de Leopoldina*, pequena cidade do interior de Minas Gerais. E assim se tem a primeira publicação do poema.

Ao nosso parecer o que se tem aqui é um caso franco de apropriação desejanste do editor sobre um poeta que já constrói seus poemas de forma bastante maquínica, como apresentei em capítulo de minha tese em 2004, *Como os Poetas Morrem*: produção de subjetividade plural em Augusto dos Anjos (QUEIROZ, 2004, p. 58-66).

De certo modo, falar de Augusto dos Anjos é ter em conta os diversos rizomas autorais que ali se fazem. Órris Soares, Ernest Haeckel, Herbert Spencer, Houaiss, Schopenhauer são apenas alguns dos segmentos autorais postos pela obra de Augusto dos Anjos, razão pela qual a crítica do seu tempo o viu como uma espécie de plagiário, Haeckel em versos.

5. Conclusão

Esse texto é uma defesa da ecdótica sob novas coordenadas teóricas. Consideramos importante, portanto, encerrá-lo com diretrizes que vimos traçando ao pensarmos no “estabelecimento” de textos. Elas partem de duas reversões. A primeira reversão está em contrapor-se àquela definição primeira da disciplina “a tarefa da crítica textual é, precisamente, a reconstituição de um texto que se aproxima o mais possível do original perdido (*‘constitutio textus’*)” (SPAGGIARI; PERUGI, 2004, p. 32). Pensamos numa crítica textual que valorize as diversas variantes textuais sem hierarquizá-las. E assim retomarmos o texto de Gilles Deleuze sobre Platão e o simulacro, quando propõe a reversão do platonismo. “L’oeuvre non hiérarchisée est un condensé de coexistences, un

simultané d'événements”² (DELEUZE, 2002, p. 303).

A segunda reversão está na “vontade autoral” como fundamento do uno, pensamos os textos como máquinas desejantes e, portanto, como potência de pluralidade.

Essas duas reversões trazem como consequências técnicas para a disciplina os seguintes pontos.

- a) Evitar o “*iudicium*”, ainda mais a pretensão de afirmar uma lição como correta.
- b) O “*stemma codicum*” passa a ser mais importante para a ecdótica que o estabelecimento de um texto supostamente fidedigno.
- c) Descrever a história da difusão de um texto em sua vibração rizomática torna-se mais importante que a atitude prescritiva da lição correta e do texto definitivo.
- d) As “variantes de tradição”, compreendidas como as formas históricas em que um texto veio a público, tornam-se mais importantes que a ideia de um texto “original” que nunca foi publicado. Talvez como fruto de uma interpretação editorial e crítica.
- e) Joseph Bédier afirmava que o original não é atingível. Grande parte da briga com os lachmanianos nasce em tal afirmação. A questão, porém, não está no grau de atingível, mas na própria ideia de original. Contrariamente a Bédier, porém, tender-se aos “*codices plurimi*”.
- f) Tecnicamente lachmaniana, deve-se dizer assim, mas sem proeminência autoral, sem pretensões de resgatar um texto original, ou reconstituir um texto tal como ele deveria ser.

Por fim, é oportuno encerrar comentando uma observação do amigo professor Ricardo Portella, e de experts em informática e redes, sobre a natureza não rizomática das redes, que elas nos põem diante do inumerável de opções, mas não diante do rizoma, pois as redes como a web ainda são arbóreas e, pior, podem servir de instrumentos de controle. Mas talvez a questão aqui se refira tão somente ao espaço-tempo da leitura, ou ao esforço de uma leitura que se quer abrir para a pluralidade. E

² “A obra não hierarquizada é um condensado de coexistências, uma simultaneidade de acontecimentos” (tradução nossa).

como podemos nos ligar à web de maneira rizomática, não seguindo a linha dela até o caule arbóreo, relacionando-a com outros meios, saindo do seu sistema de absorção plena com o lado de fora do mundo, traçando linhas de fuga, fazendo rizoma com a web. Dizem-nos Gilles Deleuze e Félix Guattari, sigamos a lição:

Quand un rhizome est bouché, arbrifié, c'est fini, plus rien ne passe du désir; car c'est toujours par rizhome que le désir se meut et produit. Chaquefois que le désirsuit un arbre, onlieu des retombées internes qui le fontchoir et le conduisent à la mort; mais le rhizomeopère sur le désir par poussées extérieures et productrices.³ (DELEUZE; GUATTARI, 2001, p. 22)

Sem nos esquecermos de que os programas, as redes, os sites, os livros também são máquinas desejantes, por isso, apropriáveis e sofrendo apropriações.

Em linhas parecidas ao que propomos para os textos modernos, vários estudos medievalistas têm-se apropriado dos questionamentos teóricos das correntes a que denominam de “pós-estruturalistas”, mas que preferimos denominar de “filosofia da diferença”, e desenvolvido trabalhos de discussão crítica e estabelecimento de texto em linhas que confirmam com o que vimos propondo. A esse movimento de reelaboração de bases teóricas dos trabalhos de crítica textual (ecdótica), os medievalistas têm denominado de *New Philology*. E sobre esse movimento comenta Matt Cohen: “

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Augusto dos. *Eu e outras poesias*. 45. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

_____. *Eu e outras poesias*. 35. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

_____. *Poesia e prosa*. Edição crítica por Zenir Campos Reis. São Paulo: Ática, 1977.

³ “Quando um rizoma é fechado, tornado árvore, ele finda, o desejo deixa de fluir através dele; pois é sempre por rizoma que o desejo se move e se produz. Cada vez que o desejo segue uma árvore se dá uma recaída interna que o faz enfraquecer e o conduz à morte, mas o rizoma opera sobre o desejo por impulsos, empurrões externos e produtivos” (tradução nossa).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

_____. *Eu: outras poesias*. 30. ed. Organização de Antônio Houaiss e Francisco de Assis Barbosa. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1965.

_____. *Eu e outras poesias*. 28. ed. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1961.

BICUDO, Irineu. Introdução. In: EUCLIDES. *Elementos*. Tradução [direta do grego] de Irineu Bicudo. São Paulo: UNESP, 2009, p. 15-94.

BUENO, Alexei. Notas e variantes. In: ANJOS, Augusto dos. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p. 831-833.

COHEN, Matt. The New, New, New Philology. *Electronic Book Review (EBR)*. USA, 02/05/2017. In: <https://electronicbookreview.com/essay/the-new-new-new-philology/> Acesso em: 08-05-2019.

DELEUZE, Gilles. *Logique du sens*. Paris: Minuit, 2002.

_____; GUATTARI, Félix. *Mille plateaux*. Paris: Minuit, 2001.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 1992.

_____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MACHADO DE ASSIS. *Dom Casmurro*. Edição crítica por Maximiano de Carvalho e Silva. Niterói: Eduff, 2014.

MATTOS, Ricardo. Cidade de Deus, de Paulo Lins. Site *Digestivo Cultural*. Taubaté, 17/10/2002. Disponível em: [https://digestivocultural.com/colonistas/coluna.asp?codigo=766&titulo=Cidade de Deus, de Paulo Lins](https://digestivocultural.com/colonistas/coluna.asp?codigo=766&titulo=Cidade%20de%20Deus,%20de%20Paulo%20Lins)>. Acesso em: 17-05-2019.

QUEIROZ, Mario Cesar Newman de. Teorizar a ecdótica: a questão teórica da morte do autor inviabiliza a ecdótica? In: SILVA, José Pereira da. *Crítica textual e edição de textos: interagindo com outras ciências*. Curitiba: Appris, 2012, p. 311-318.

_____. Ecdótica, disciplina pós-moderna? In: *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro: UERJ, vol. XII, n. 8, p. 46-54, 2009.

_____. Teorizar a ecdótica. In: *Anais da ABRALIC*. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

_____. Reterritorializações de Ernest Haeckel na poesia de Augusto dos Anjos abordagem filológica. In: *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro: UERJ, vol. IX, n. 1, s/p, 2005.

_____. *Como os poetas morrem*: produção de subjetividade plural na poesia de Augusto dos Anjos. 2004. (Tese de doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RICARDO, Cassiano. *Martim Cererê*. Edição crítica por Marlene Gomes Mendes, Deila Conceição Peres, Jayro José Xavier. São Paulo: Antares; Brasília: Pró-memória/INL, 1986.

SARAMAGO, José. *História do cerco de Lisboa*. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio. *Fundamentos da crítica textual*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.